



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL

CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

BENVINDA DOMINGOS CAMBANCO

**Uma nota sobre o papel social de Cesária Évora no reconhecimento
internacional de Cabo Verde**

Redenção,
2015.

BENVINDA DOMINGOS CAMBANCO

**Uma nota sobre o papel social de Cesária Évora no reconhecimento
internacional de Cabo Verde**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
Interdisciplinar em Ciências Humanas do
Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito parcial para a obtenção do Título
de Bacharelado em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Basílele Malomalo.

Redenção,
2015.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

C186n Cambanco, Benvinda Domingos.

Uma nota sobre o papel social de Cesária Évora no reconhecimento internacional de Cabo Verde. / Benvinda Domingos Cambanco. Redenção, 2014.

41 f.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Bas`Ilele Malomalo.
Inclui Referências.

1. Cabo Verde. 2. Mulheres. 3. Características nacionais. I. Título.

CDD 960

BENVINDA DOMINGOS CAMBANCO

**Uma nota sobre o papel social de Cesária Évora no reconhecimento
internacional de Cabo Verde**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
Interdisciplinar em Ciências Humanas do
Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito parcial para a obtenção do Título
de Bacharelado em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo.

Aprovado em ____/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo (Orientador) Universidade
de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Carlos Subuhana
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Izabel Cristina de Santos Teixeira
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades encontradas ao longo desta jornada.

Aos meus pais pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus amigos, companheiros de trabalho que fizeram parte da minha formação e que, com certeza, continuarão presentes em minha vida.

O meu muito obrigada!

RESUMO

Esse trabalho faz parte dos estudos da África contemporânea que buscam compreender o papel social das mulheres desse continente. Comporta dois objetivos específico, a saber: estudar a biografia da cantora Cesária Évora (1941-2011) e analisar o papel social que ela teve na construção da identidade nacional do seu país. Para tanto, faz-se uso da pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras Chave: Cabo Verde. Mulheres. Cesária Évora. Identidade nacional.

ABSTRACT

This work is part of studies of contemporary Africa that seek to understand the social role of women in that continent. He has two specific objectives, namely: to study the biography of the singer Cesária Évora (1941-2011), and analyze the social role it had in the construction of national identity of their country. Therefore, it makes use of bibliographic and documentary research. **Keywords:** Cape Verde. Women's. Cesária Évora. National identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE CABO VERDE	12
1.1. Ocupação e o povoamento das Ilhas de Cabo Verde.....	12
1.2. Escravidão, tráfico negreiro e abolição em Cabo Verde	13
1.3. A colonização e luta pela independência política de Cabo Verde.....	17
1.4. Democracia em Cabo Verde (1980 -1990).....	19
CAPÍTULO II: MULHER NA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DE CABO VERDE.....	21
2.1. Mulheres na história da África	21
2.2. Participação das mulheres na história de Cabo Verde.....	23
CAPÍTULO III: CABO VERDE: CULTURA, MÚSICA E CESÁRIA ÉVORA	26
3.1. Cabo Verde e a sua identidade cultural	26
3.2. Música cabo-verdiana: estilos e ritmos	27
3.3. Cabo Verde: usando a cultura para resistir e existir como povo	29
3.4. Cesária Évora: guerreira e rainha da morna	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

INTRODUÇÃO

O papel social e político das mulheres em África é o tema que escolhemos para desenvolver esse trabalho. Como é sabido, nós mulheres, somos partícipes ativas na história da humanidade, mas pouco visibilizadas em razão de uma cultura patriarcal e machista dentro das academias e na sociedade.

Na verdade, a profusão do debate acerca da problemática da participação das mulheres na sociedade tem ganho relevância nos últimos anos. Não obstante, somente recentemente é que a História Geral da África começou a dar atenção especial a este tema, embora se saiba do ativismo milenar de mulheres dentro do continente africano. “Mulher na história da África” é a resposta da UNESCO a essa demanda.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA

A plataforma Mulheres na história da África se inscreve no quadro do projeto da História Geral da África da UNESCO.

A sua Fase I, lançada em 1964 e finalizada em 1999, permitiu a redação e publicação de uma coleção de oito volumes, em uma edição principal e em uma outra versão abreviada, e que foram traduzidas em treze línguas (cujas 3 línguas africanas). Esses volumes são acessíveis gratuitamente em versão eletrônica no site Internet da UNESCO.

A sua fase II, lançada em 2009, foi intitulada “A utilização pedagógica da história geral da África”. Seu objetivo é adaptar os conteúdos dos volumes ao ensino escolar afim de melhorar o conhecimento dos alunos e estudantes africanos sobre a história do seu país, (WOMEN IN AFRICAN HISTORY, 2013; grifo do autor; tradução nossa).

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) e UNESCO-Brasil, juntos com a Universidade Federal de São Carlos, traduziram e publicaram, em português, os oito volumes da História Geral da África e disponibilizaram a versão abreviada com intuito de oferecer um material pedagógico que atenda aos objetivos de implementação da lei 10.639/03, que institui o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

Foi o meu orientador, Prof. Dr. Bas´Ilele Malomalo, que chamou a minha atenção, durante nossos encontros de grupo de estudo, sobre a necessidade de se estudar as mulheres africanas. Esta necessidade está ligada à luta pela valorização das mulheres no mundo. Foi dentro deste contexto que entramos em contato com a plataforma da UNESCO, que trabalha pela equidade de gêneros.

LUZ SOBRE MULHERES

A igualdade de gêneros é uma das prioridades globais da UNESCO.

A Organização esforça-se sem trégua em promover a igualdade de gêneros e a autonomização das mulheres integrando seus princípios em todos seus programas.

A educação permite transmitir o valor essencial da igualdade de gêneros: constitui uma alavanca para fazer respeitar os valores fundamentais das mulheres e colocar à luz o seu lugar central em todas as sociedades.

Nesse sentido, o ensino da história tem um papel determinante a desempenhar porque permite um esclarecimento e uma melhor compreensão das funções culturais, sociais, políticas e econômicas e as condições de vida específicas das mulheres nas sociedades do passado (WOMEN IN AFRICAN HISTORY, 2013; grifos do autor; tradução nossa).

O tema da nossa investigação faz parte da história contemporânea africana que é datada por seus estudiosos a partir de 1935, o ano de invasão da Etiópia pela Itália. O seu objetivo geral é compreender a história de Cabo Verde e a situação das mulheres dentro da história contemporânea africana. O tema contém dois objetivos específicos: estudar a biografia da cantora Cesária Évora (1941-2011) e analisar o papel social e político que ela teve na construção de sua identidade nacional, em seu país.

A metodologia deste trabalho divide-se em duas partes: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para Antonio Carlos Gil (1996), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. Para ele, a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está na natureza das fontes, ou seja, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Nessa nossa investigação, a pesquisa bibliográfica coletou os dados a partir de materiais sistematizados, livros e revistas que falam de Cabo Verde, de Cesária Évora e da África contemporânea. Embora não tendo encontrado nenhum livro na biblioteca da

Unilab que trate especificamente da cantora Cesária Évora, a pesquisa documental coletou dados através da internet, servindo-se das revistas “Nós Genti”¹ e do “Sapo”².

O material encontrado e reunido foi analisado à luz dos estudos africanos que, conforme Joseph Ki-Zerbo (2010), falando da história da África, valorizou esta interdisciplinaridade. Nesse sentido, os estudiosos que sustentam a base teórica dessa pesquisa são de vários campos do conhecimento da humanidade, entre eles destacam-se a sociologia, a história e as letras, sem excluir, obviamente, homens e mulheres políticos e artistas cabo-verdianos.

Um outro autor que nos ofereceu um método de análise do material coletado é Ali Mazrui (2010). Para ele, a história contemporânea da África deve ser interpretada a partir de três domínios específicos, quais sejam: o domínio econômico, o domínio político e o domínio cultural. Dito em outras palavras, o domínio econômico tem a ver com a produção e distribuição de bens econômicos; o domínio político engloba as experiências políticas da África do ponto de vista dos desafios do poder e da autoridade, como também do ponto de vista das regras da participação na gestão dos assuntos públicos; o domínio cultural, para este autor, é empregado não somente no sentido escrito que evoca a experiência artística em sua acepção mais ampla, mas é também voltado aos valores e às tradições; porém, dentro desta pesquisa abordaremos dois destes domínios.

O mais importante é dizer que os três domínios da contemporaneidade africana devem ser analisados de uma forma relacional. Além disso, como discutido com o nosso orientador nos encontros de grupo de estudo, estes domínios, vistos como campos na perspectiva de Bourdieu (2002), deveriam ser abordados levando-se em conta a história. Nesse trabalho, a história da África é questionada a partir da história de Cabo Verde, e esta, a partir da história de suas mulheres, especialmente, com foco na figura da cantora Cesária Évora.

Dividimos esse trabalho em três partes. A primeira parte aborda a história de Cabo Verde desde a sua ocupação pelos portugueses até o período de sua democratização nos anos de 1990; a segunda discute a participação das mulheres na história da África e de

¹ Nós Genti – Negócios, pessoas e empreendedorismo em Cabo Verde. Disponível em: <http://www.nosgenti.com/>. Acessado em 04 fev. 2015.

² É uma marca e motor de busca criados na Universidade de Aveiro. Esse site fez uma homenagem à Cesária Évora disponibilizando uma página para seus fãs. Esse material foi usado nessa investigação.

Cabo Verde; e, a terceira, analisa a cultura cabo-verdiana e mostra o papel político e social que Cesária Évora desempenhou no reconhecimento da identidade cabo-verdiana.

CAPITULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE CABO VERDE

Nesse capítulo pretendemos contextualizar Cabo Verde dentro da história. Para tanto, discutiremos sobre a sua descoberta pelos europeus, a escravidão e o tráfico negreiro que ocorreu neste território africano, e ainda a luta da independência política e a sua democratização.

1.1. Ocupação e o povoamento das Ilhas de Cabo Verde

Leila Leite Hernandez (2005), afirma que a descoberta de Cabo Verde se deu a partir do ano de 1.460, quando os portugueses, castelhanos e genoveses descobriram as ilhas de Santiago e Fogo, com a liderança de António de Noli e Diogo Gomes.

Em 1.462, António de Noli chegou ao grupo formado pelas ilhas orientais e meridionais do arquipélago de Cabo Verde. Foi neste mesmo ano que Dom Fernando encontrou as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau.

Quatro anos mais tarde, relata Hernandez (2005), Dom Afonso enviou uma carta Régia para o infante Dom Fernando, doando-lhe em caráter perpétuo e irrevogável as ilhas de Santiago, Fogo, Sal, Maio e Boa Vista. Nesta mesma data da descoberta, as ilhas de Cabo Verde eram todas desertas, tudo o que se encontrava ali era trazido de fora, incluindo o modelo de ocupação.

Os estrangeiros que chegavam às tais ilhas não modificavam nada que existia, mesmo que encontrassem algumas coisas diferentes. Todavia, encontravam frutas nativas parecidas com as de Portugal como o trigo, o centeio, a cevada (cereais de pragana, vinha e oliveira).

Outro fato era que, as condições impostas pelo clima e pela geografia local, ocasionavam obstáculos à transplantação das bases alimentares dos portugueses e ao seu modo de vida.

De acordo com Antonio Carreira (2000), na descoberta das ilhas de Cabo Verde, Santiago era a única ilha povoada por negros Jalofos, que fugiram do seu país por

perseguições dos seus vizinhos, os Felupos. Esses povos entraram em Cabo Verde quando não havia outros moradores, o que não os impediu de povoar esse país.

O arquipélago de Cabo Verde se tornara muito importante por sua posição geográfica, o que o transformava em ponto nodal de navegação no Atlântico. Nesse sentido, ele era necessário não só para que Portugal pudesse dar continuidade aos descobrimentos, mas para a navegação ao Sul da costa africana, como também para compreender as expedições às Índias Ocidentais e à América.

De 1.461 a 1.462, houve a divisão da Ilha de Santiago em duas circunscrições, sendo a primeira delas, a Capitania do Sul, com sede na Ribeira Grande, doada a António de Noli, por ter sido, ele, o primeiro homem a descobrir este país; e, a segunda, Capitania do Norte, com sede no local dos Alcatrazes, doada a Diogo Gomes (Hernandes, 2005, p.521).

Hernandes (2005) escreve que Santiago foi a primeira ilha povoada por António de Noli juntamente com alguns portugueses, formando um pequeno núcleo de homens, e a partir daí deu-se início à tarefa de povoamento das demais ilhas de forma mais sólida.

Por volta 1.510, havia uma população pequena constituída por portugueses, castelhanos e genoveses, entre outros europeus; a maioria se concentrava em Santiago e a minoria se encontrava na ilha do Fogo, em fins do século XV. As demais ilhas, Santo Antão, Maio, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia e Brava, só receberam imigrantes mais tarde, (Hernandes, 2005, p.521).

1.2. Escravidão, tráfico negreiro e abolição em Cabo Verde

Nos anos de 1.462 a 1.647, Santiago construía predominantemente um entreposto para comércio de escravos, um ponto de parada onde era cobrado o pagamento de tributos e dízimos à fazenda real. Para incentivar a colonização, a coroa portuguesa estabeleceu, através de uma carta de privilégio aos moradores de Santiago, em 1466, a comercialização de escravos na costa da Guiné.

Em Ribeira Grande, em Santiago, foi estabelecida uma feitoria que serviu como o ponto de escala para os navios portugueses para tráfico e comercialização de escravos que começava a crescer nessa época. No mesmo ano, a coroa portuguesa concedendo aos donatários o pleno exercício da jurisdição civil e criminal e a prerrogativa do direito de posse e o uso da terra. Além disso, lhes outorgava a regalia de receber o dízimo das produções

agrícolas. Também conferia aos moradores de Santiago, o privilégio de tratar e resgatar escravos na costa da Guiné (HERNANDES, 2005, p. 521).

Para Carreira (2000), com a divisão das duas áreas donatárias, determina-se o povoamento das ilhas e, em especial, em Santiago, os povos brancos tiveram de recrutar mão de obra escrava do continente da fronteira porque não possuíam condições para a resistência exigida, momento em que começaram logo a trazer escravos da Costa da Guiné; nas primeiras fases mais para o povoamento e garantia da exploração da terra. Alguns seriam, depois, aproveitados para venda em outras áreas, e foi assim que se deu início ao tráfico escravista para as Canárias, a Europa e Antilhas.

Para os escravos, chegarem às ilhas, foi uma coisa muito chocante, pois eram arrancados bruscamente de suas terras, eram expropriados de seus bens, direitos e liberdade, privados das suas identidades e posições sociais. Os africanos chegavam ao arquipélago como cativos, forçados à escravidão e transformados em mercadorias.

Os escravos eram capturados e levados para o arquipélago de onde seguiam, mais tarde, para trabalhar nas produções da cana-de-açúcar, café e algodão, quer no Brasil, quer nas Antilhas.

De acordo com Hernandes (2005), relativamente ao processo da escravidão em Cabo Verde, Santiago foi o principal ponto de concentração da escravidão, onde se fazia o comércio triangular, transportavam os escravos e as mercadorias da África para Europa e da Europa para América. Mas, Santiago perde a posição de ponto de parada da escravidão e comércio por inúmeras razões de vulnerabilidade, como doenças, por exemplo, e Ribeira Grande entra em decadência em ritmo acelerado. Os navegadores, desta feita, passaram a preferir para tal entreposto, o Porto da Praia de Santa Maria, o que leva a administração colonial estabelecer-se na Vila da Praia.

A escravidão passou a ser um elemento fundamental em Cabo Verde quando começou a apoiar as atividades econômicas, a partir do século XIX, nas ilhas de Sotavento, e ali ela representava a materialização da riqueza do morgado. Em 1807, a Grã-Bretanha autoriza a marinha britânica a inspecionar navios portugueses, com fortes determinações contra o tráfico de escravos, o que contribuiu para a decadência do comércio negreiro.

O sistema de dominação nas ilhas estabeleceu o regime de propriedade de terra, criou as condições legais para o tráfico negreiro e propiciou mão de obra escrava para o

arquipélago. De todo modo Santiago foi, sem dúvida, o principal eixo econômico, o centro político-administrativo e o espaço de maior concentração populacional de Cabo Verde; foi, também, ponto de parada de todos os mercadores que transportavam escravos e outras mercadorias da Costa da África à Europa e às Américas para efetuar pagamento de tributos.

[...] A comercialização dos produtos de exportação, como açúcar, algodão urzela, purgueira e mesmo sal, era diretamente controlada pela coroa ou por comerciantes que adquiriam esse direito mediante a compra de concessões. Em outras palavras, desde 1580, pouco a pouco, passava a ser exercido o exclusivo colonial. (HRENANDEZ, 2005, p.523).

David Hopffer Almada (2006), afirma que Cabo Verde tinha, então, uma situação estratégica fundamental, não apenas para a exploração da costa africana e do caminho marítimo para a Índia, mas também para o tráfico de escravos, o qual tem início no período compreendido entre os séculos XVI e final do século XIX. O processo de escravidão em Cabo Verde levou este país a enfrentar muitas dificuldades (climáticas e econômicas), como o caso da fome que o país encontrou. Isso tudo obrigou a libertação dos escravos, bem como as revoltas camponesas disputadas entre os povos cabo-verdianos e colonizadores portugueses, que lutaram para combater os abusos e a falta de cuidado em prol da dignidade individual e coletiva.

Contudo, com o domínio espanhol em Portugal (1580-1640), a situação econômica do arquipélago agrava-se nomeadamente devido aos ataques dos piratas ingleses, holandeses e franceses, que acometiam embarcações e cidades, raptando e destruindo tudo, mas que, ao mesmo tempo, proporcionavam, aos escravos, oportunidades de fuga para as regiões interiores remotas, onde se vão formando comunidades de africanos livres, conhecidos como “bádios” (vádios). Dos diversos atacantes, destaca-se o famoso corsário inglês, Sir Francis Drake que, no século XVI, saqueia e queima a Ribeira Grande. É, aliás, devido à grande vulnerabilidade aos ataques exteriores que, no século XVII, a capital de Cabo Verde é transferida da Vila da Ribeira Grande para um local militarmente mais defensável, a Praia. Os ataques piratas prolongaram-se até o princípio do século XVIII.

No século XVIII, os portos de Cabo Verde voltam a adquirir uma grande importância para as navegações de longo curso que cruzam esta zona do Atlântico. A caça à baleia, a partir do final deste século contribui, igualmente, para reanimar os seus portos.

Entre as culturas introduzidas em Cabo Verde destaca-se a do cultivo do café em 1790, primeiro na ilha de S. Vicente, e depois nas restantes. No entanto, a aridez do território e a extrema irregularidade do clima, tornaram-se um sério obstáculo ao seu desenvolvimento.

Essas foram as condições necessárias para formar uma sociedade escravocrata: a propriedade da terra, o controle da navegação, o comércio e a indústria artesanal e, por outro lado, a grande maioria de escravos trabalhando, especialmente, na produção de gêneros para o abastecimento de navios e de bens utilizados na compra de negros na Costa da Guiné. No entanto, os homens brancos de Santiago, alguns degredados por razões políticas, religiosas e mesmo por crimes, desrespeitando o arrendamento, continuaram a praticar o escambo e o resgate de escravos nas áreas concedidas a Fernão Gomes, dando origem a vários embates, (Hernandes, 2005).

A dominação colonial portuguesa foi caracterizada pela repressão, desigualdade, miséria e a falta de liberdade por parte dos africanos escravizados. Neste contexto é que uma porcentagem da população cabo-verdiana viu-se, de modo forçado ou espontâneo, a migrar para outro continente devido ao alto grau de dificuldade econômica, a extrema pobreza e a alta taxa da mortalidade, acentuadas nas épocas de secas, pragas e epidemias.

A abolição da escravidão em Cabo Verde aconteceu no século XIX, mas, como é sabido, este acontecimento não significou o fim da dominação portuguesa.

A abolição definitiva dos escravos foi proclamada, em 1876, na ilha de São Vicente, onde ocorreu a abolição, em 10 de Março de 1857. Porém os efeitos perversos da escravidão contaminaram as formas dos trabalhos posteriores, as quais se tornaram mais definidas em fins do século XIX, compreendendo a grande número de variações (HERNANDES, 2005, p. 524).

A abolição de tráfico negreiro não foi de modo efetivo; ele continuou a ser alimentado de forma clandestina no Brasil e em Cuba, onde o regime de escravidão só seria abolido, respectivamente, em 1888 e 1886. A história do processo que levou à abolição do tráfico de escravos e da escravidão em Cabo Verde e nas demais possessões ultramarinas portuguesas, é quase semelhante.

A abolição do tráfico negreiro seguiu-se à adoção de várias medidas com vistas à abolição do tráfico do próprio regime da escravidão, mesmo se rodeadas de diversas tergiversações.

1.3. A colonização e luta pela independência política de Cabo Verde

Diferente da história de outros territórios africanos, as ilhas de Colônia de Cabo Verde são colônias portuguesas desde o século XV. O Ato da conferência de Berlim, assinado em 1885, só caracterizou um momento de ratificação do que a coroa portuguesa considerava como direito histórico. Nesse sentido, o final do século XIX nada menos foi do que uma página da história da dominação do império português em Cabo Verde.

A história dos africanos dominados é marcada, também, por resistências. Interessa-nos trazer algumas resistências do século XX que tiveram impactos diretos ou indiretos na luta pela independência política de Cabo Verde.

Nos anos de 1940 aconteceram algumas revoltas por parte de pequenos grupos de moradores rural da Ilha de Santiago, aqueles conhecidos como “badios”, contra o catolicismo português e a administração colonial. Em 1960, os mesmos foram chamados de “rebelados”, que aderiram ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido esse fundado por Amílcar Cabral, que pretendia construir uma pátria comum entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau.

A luta pela libertação tem início em 1963 na Guiné-Bissau. Os dirigentes políticos voltaram-se, de modo mais específico, para o encaminhamento da luta em Cabo Verde, tendo sido ressaltados como fundamentais os processos de organização partidária e a própria mobilização nos centros urbanos e em algumas zonas rurais. O PAIGC estabeleceu fronteiras entre portugueses e cabo-verdianos empregando as diferenças culturais e raciais como justificativa para as desigualdades.

A atitude de cada categoria social, perante a luta, foi ditada por seus interesses econômicos, mas também profundamente influenciada por sua cultura. Essas ideias explicam por que eram enviados para ocupar um dado território revolucionário do mesmo grupo etnocultural, sendo capazes de compreender e respeitar os laços de parentesco, a solidariedade, etnia e as tradições locais. Isto posto, leva-nos a considerar que os trabalhadores do campo lutavam por melhores condições materiais de vida, pelo direito de viver em paz e para garantir um futuro promissor a seus filhos. Os revolucionários da guerra colonial do PAIGC contaram, na luta, com o apoio da China, de Gana e de Marrocos, (HERNANDES, 2005, p.544).

Hernandes (2005), continua nos afirmado que, em 1964, quase metade do território guineense estava em mãos do movimento da independência. No que se refere

ao programa do partido, foram definidas como suas principais metas: a independência nacional, com a liquidação da dominação colonialista e imperialista; o regime republicano, democrático, civil, anticolonialista e anti-imperialista, a política econômica de estatização e a economia centralmente planejada, foi uma das mais difíceis tarefas que o partido teve de enfrentar. Era necessário, afirma a autora, que os setores vinculados à guerra de libertação, estendessem-na para o âmbito nacional. A unificação ocorreu na medida em que o PAIGC constituiu um sujeito coletivo, a impotência e a incapacidade de cada um deles eram partilhadas com os demais.

Na raiz dessas carências estava o poder exógeno, isto é, a dominação européia, mais precisamente portuguesa. A questão nacional ganhou mais relevância do que a revolução social, o PAIGC conquistou o apoio daqueles que não participavam diretamente da luta armada, incluindo a população dos principais centros urbanos (HERNANDES, p.545-546).

Para David Hopffer Almada (2006), antes da proclamação da independência de Cabo Verde, aconteceu a Revolta dos Cravos em 25 de Abril de 1974, em Portugal, provocando, por um lado, a queda do regime colonial português e, por outro, o reconhecimento da independência da impossibilidade da vitória das forças coloniais na sua guerra contra os movimentos da libertação nas antigas colônias.

Prossegue o autor afirmando que a libertação se deu em 01 de maio de 1974, em uma jornada que se transformou numa das maiores manifestações políticas até então vistas em Cabo Verde. De fato, nesse dia, uma grande caravana partiu da Praia rumo ao Tarrafal e, ao longo da estrada, a mesma ia-se engrossando com pessoas que se iam juntando, não só para saudarem, mas também para se integrarem à mesma. A comissão para entrar e libertar os presos do campo aos que se iam, não teve outra solução senão a de aceitar a entrada triunfal dos membros da comissão a caminho das celas.

Com a inevitável ascensão destes como os únicos interlocutores e legítimos representantes das negociações que culminaram com os acordos para a independência, rubricados pelos dignitários do governo provisório português e pelos representantes dos referidos movimentos de libertação, o PAIGC foi também reconhecido como o único e legítimo representante dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

[...] o estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das manifestações culturais que se concretizam progressivas por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado como ato da negação da cultura do opressor. Sejam quais fossem as condições de sujeição de um povo ao domínio estrangeiro e a influência dos fatores econômicos, políticos e sociais na prática

desse domínio, é a estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação (HERNANDES, 2005, p. 530).

O PAIGC que tinha conduzido toda esta luta para a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, foi naturalmente reconhecido como legítimo representante dos povos dessas duas colônias africanas e, com base nesse reconhecimento, negociou e rubricou com as autoridades portuguesas os termos e as bases do acordo para independência de Cabo Verde, que deveria ser concretizada em 05 de Julho de 1975.

Antes da celebração do acordo, e logo que Cabo Verde foi conhecida, a notícia do golpe de Estado em Portugal e do triunfo a que deu lugar, começaram as movimentações políticas, particularmente, nas cidades da Praia e do Mindelo. Logo após o triunfo da revolução em Portugal, foi a anistia concedida a todos os presos políticos, incluindo os que se encontravam detidos nos estabelecimentos prisionais das antigas colônias Portuguesas. (ALMADA, 2005, p.59-60).

De fato, afirma David Hopffer Almada (2013) que, somente quem tinha vivido o primeiro ano de Cabo Verde como país independente ainda lembraria e, certamente, recordará por toda a vida as carências, as dificuldades e os inúmeros sacrifícios havidos para, de cabeça erguida, lançar as bases, colocar os alicerces e edificar o país que hoje é.

A Guiné-Bissau se uniu a Cabo Verde por consequência da independência nacional destes dois países. Mas, com o golpe de estado de 14 de novembro de 1980, a existência da união destes dois países foi prejudicada, e a separação de Cabo Verde e da Guine-Bissau veio à tona. Em 1981, Cabo Verde passou a construir um novo Partido Africano para Independência de Cabo Verde, o PAIGC, e é a partir deste que se dá início à elaboração de uma Constituição a Cabo Verde (ALMADA, 2013).

1.4. Democracia em Cabo Verde (1980 -1990)

Segundo David Hopffer Almada (2006), as independências nacionais africanas visavam restituir a nação aos nacionais, criando condições para que se efetivasse a participação consciente e livre em todas as áreas de atividade e em todos os escalões da vida.

Antonio Pedro da Costa Delegado (1994), afirma que, na década de 1980, Cabo Verde foi governado pelo PAIGC. Nesta época, constituía-se um estado democrático, que tinha como principal objetivo defender os interesses das massas trabalhadoras, a construção da paz, gerando a felicidade para todos os cidadãos cabo-verdianos. Mas o

autor mostra que este regime político não foi implantado, embora tivesse o discurso ideológico baseado em conceitos socialistas. O PAIGC não assumiu a designação da organização dos países africanos comunistas, preferiu caracterizar o seu regime como um estado da democracia nacional revolucionária, talvez para se demarcar tanto na democracia liberal como no regime comunista. Essa tomada de posição está inserida dentro dos modelos dos países que procuraram preservar a sua independência política e se comungar com os propósitos socialistas de luta contra o subdesenvolvimento e de manutenção de uma independência externa. Todavia, de 1980 a 1990, Cabo Verde foi comandado por um partido único, o PAIGC.

Em 1980, nasce o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), que começou com mudanças drásticas no seu sistema político, no sentido do pluralismo partidário, dando início à abertura política, implantando várias leis, todas aprovadas. Cabo Verde é um país, hoje, que nunca sofreu um golpe de estado, e isto desde sua independência; ele sempre tentou e vem tentando permanecer dentro dos seus regimes políticos (DELEGADO, 1994).

Essa estabilidade política, até certo ponto, é que lhe permite se constituir em um estado de direito democrático onde as mulheres ocupem lugar especial nas políticas públicas.

CAPÍTULO II: MULHER NA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DE CABO VERDE

Neste capítulo abordaremos a questão da participação das mulheres na história da África e, especificamente na de Cabo Verde. Destacar esse tema num capítulo à parte nos possibilita, de um lado, tirar esses sujeitos históricos das cinzas da História Geral da África e, de outro lado, situar o trabalho social e artístico de Cesária Évora dentro de uma tradição de lutas e resistências das mulheres africanas e do seu país. O contexto histórico em análise é a história contemporânea africana, que é datada a partir de 1935 até nossos dias (MAZUI, 2010).

2.1. Mulheres na história da África

De acordo com Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007), é através do conhecimento que incentivamos o interesse e a curiosidade para transmitir os saberes, a história das mulheres dentro da sociedade ao longo de séculos. Por isso, torna-se importante relembrar a presença da mulher em cada momento e questionar o lugar que lhe cabe, ou que lhe deveria caber na sociedade onde se integra ou pertence.

Ali A. Mazrui (2010) afirma que, de maneira geral, as mulheres participavam em maior número na luta de libertação levada ao interior dos países africanos em estado de guerra, muito mais que na luta travada no exílio. Na África Austral, o fato de ter havido lutas no próprio interior dos Estados contribuiu para a sua intensificação, e foram acompanhadas por uma participação mais expressiva das mulheres, pelo menos em papel auxiliar e, às vezes, até nas linhas de frente.

Durante as guerras de independência na África, as mulheres desempenharam um papel muito importante, afirma aquele mesmo autor. Na Argélia, as operações militaristas dependeram de algumas mulheres revolucionárias vestidas de véus dos trajes islâmicos tradicionais para que entrassem nas linhas dos inimigos. Na África do Sul, as mulheres tinham um papel muito importante na luta contra o racismo; participavam dos movimentos de desobediência civil depois que Mahatma Gandhi começou a sua ação no sentido de Durban, em 1906. Na primeira fileira, entre aqueles que combatiam o Apartheid, Winnie Mandela carregou a flâmula da resistência, encarnada por seu marido,

encarcerado durante mais de um quarto de século. Depois da duração de trinta e seis anos, Helen Suzman lutava contra o Apartheid no parlamento, e só deixou a arena em 1989. Nesse mesmo ano, a maioria dos movimentos existentes eram de mulheres que lutavam contra o racismo. Mesmo fora da África do Sul, em 1988, na França, o Congresso Nacional Africano (CNA), foi representado por uma mulher, Dulcie September; ela também representava a organização junto a UNESCO na Suíça e em Luxemburgo.

Segundo Ali A. Mazrui (2010), Uganda, país africano, tinha nomeado uma mulher para o cargo de ministro das relações exteriores —Elizabeth of Toro — antes mesmo da maior parte dos países ocidentais, inclusive os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, que nunca confiara este cargo a uma mulher. Além disso, ela, Elizabeth of Toro, se tornara a voz de Uganda no concerto das nações.

Aurora da Fonseca Ferreira (2007) afirma que, desde antigamente até hoje, a situação da mulher é marcada, na maioria das partes da sociedade, pela subalternidade, estruturada por uma ordem ditada pela dominação dos homens. Mas, a interpretação patriarcal e machista, afirma aquela autora, embora ultrapassada, continua sempre presente, por isso é importante levá-la em consideração quando se analisa a sociedade, e corrigir as desigualdades impostas às mulheres. Esta análise do movimento feminista, continua indagando Ferreira, surgiu nos anos 1970, e mesmo anteriormente, nos anos anteriores aos da década 1960. No entanto, consideramos que a luta pela igualdade pelos direitos de fenômenos coletivos das mulheres se remonta no século XIX.

No contexto das revoluções africanas do século XX, argumenta Aurora da Fonseca Ferreira (2007), as mulheres usaram várias formas de se exprimirem como forma de manifestar os seus interesses e mostrar a sua vontade de pertencerem à nova sociedade política. Em 1961, por exemplo, a Organização das Mulheres Angolana (OMA) elaborou uma história com o objetivo de estabelecer o papel da mulher angolana, politicamente enquadrada no desenvolvimento da luta de libertação política.

Ainda a mesma autora mostra que a OMA foi fundada para ajudar a responder as questões da luta da libertação, e isso obrigou as suas lideranças a realizar um trabalho político junto às mulheres da Kudiango para uma mudança dos objetivos da organização política vigente. Portanto, o papel das mulheres nos quadros políticos do Movimento Popular pela Libertação Angolana (MPLA), para ela, deveria ter uma consciência pesada, embora pouco se sabe sobre a situação da mulher em Angola. Porém, nessa época, poucas mulheres se interessavam aos cargos políticos, mas aquelas que passaram pela

organização política começaram a entender as diferenças que existiam entre elas em relação aos homens, porque não ocupavam as mesmas funções pelas quais lutaram juntas para independência. A situação das mulheres dentro da sociedade é pouco conhecida, principalmente as mulheres que participaram da luta da libertação nacional. Além disso, as mulheres lutaram pela sua dignidade dentro da sociedade que se inseriam, pondera Ferrera em suas análises, (2007, p. 54-55).

No pós-independência angolana, a situação parece tornar-se bem mais difícil para as mulheres da Organização da Mulher Angolana (OMA). Elas ampliaram seus objetivos, englobaram e estenderam a todas as mulheres, sem distinção da raça, etnia, religião, ideais políticos do Estado civil; e, apesar dessa organização ter começado no exterior para o interior, muitas coisas foram mudadas, como por exemplo, o ponto de vista da sua implantação no território nacional. No entanto, com o esforço das mulheres, principalmente as urbanas, ganharam, cada vez mais, a vantagem de conviverem com a conquista de todos os direitos dentro duma sociedade (FERREIRA, 2007, p. 57).

2.2. Participação das mulheres na história de Cabo Verde

Segundo Ednilson B. Camacho(2010), em Cabo Verde, apesar das três décadas de vida política autônoma, na primeira metade em regime político único e outra em regime pluralista, tinha-se que reconhecer que existia dificuldade no processo de mudança de adaptação e implantação do campo político com a visão de efetuar a igualdade entre homens e mulheres no poder político, pois, para tal, seria necessário que o governo implementasse a ordem dos valores políticos da cidadania. Assim, foi implantado na constituição política que ambos os sexos teriam direito à mesma oportunidade de participar da vida política; a mulher gozava, então, de pleno direito a participar, com toda a prevalência da Constituição do país, pois foram batalhadoras importantes na luta da libertação nacional.

Ednilson B. Camacho (2006, p. 29), reconhece que a mulher cabo-verdiana sempre esteve presente na história do seu povo; ela participou e lutou juntamente com o homem para o nascimento e consolidação do país e conquistou, com mérito, o direito a se ver reconhecida, na diferença e na sua condição. Uma das lutas empreendidas pela mulher cabo-verdiana é a luta de libertação nacional. Muitas mulheres se alistaram nas fileiras do PAIGC. Durante a fundação do PAIGC, em 1956, escreve aquele autor que,

Amílcar Cabral preconizava que o partido devia respeitar as mulheres e convencê-las que a sua libertação deveria ser protagonizada por elas mesmas.

Amílcar Cabral, para Camacho (2006), defendia que era necessária a presença das mulheres nos comitês de tabancas (comissões de aldeias), que sempre alertava a necessidade da participação da mulher, pois considerava que essa camada só conseguiria a sua plena liberdade e emancipação num país livre e independente.

Reconhece, ainda, que as orientações do partido quanto à necessidade de lutarem pela sua própria emancipação, cedo foram compreendidas pelos militantes mais conscientes que combateram junto com elas. Insiste o autor, ainda, mostrando que, durante a luta de libertação nacional, mulheres cabo-verdianas militavam na clandestinidade, participando do movimento desencadeado após 25 de Abril de 1974. Uma das primeiras mulheres a aderir à luta de libertação foi Dulce Almada Duarte, por volta de 1960/61, muito embora, só em 1988, ou seja, 13 anos após a independência, juntamente com mais três outras mulheres passaram a aderir ao conselho nacional do PAICV.

Todavia, apesar do discurso libertário propalado por Cabral durante a luta, quando chegou a hora de os cabo-verdianos assumirem o seu país, escreve Camacho (2006), as mulheres ficaram arredadas aos sucessivos governos da República, ou seja, apesar de elas terem participado na luta de libertação nacional e da tese defendida por Cabral, foram esquecidas, renegadas a um segundo plano; elas não tiveram as mesmas oportunidades em relação aos homens quando da constituição do primeiro governo pós-independência.

Em termos gerais, entende-se a participação destas como intervenção e inserção, quer nos órgãos institucionais, quer em organizações diversas de carácter formal ou pontual. A participação das mulheres, em geral, é vista como um direito e uma condição da cidadania. As mulheres só podem ser livres e iguais se participam na determinação e gestão dos assuntos que diretamente as afetam (CAMACHO, 2006).

De acordo com o documento “Mulheres e Homens em Cabo Verde” (2012), a questão relativa à situação das mulheres entra progressivamente em vigor na década de 90, ocasião em que se iniciam os debates sobre a questão de género ter alcançado uma repercussão mundial e regional. Em Cabo Verde foi implantada a lei da violência doméstica, a lei que prevê sanções penais de oito a dezesseis anos de prisão por qualquer crime contra a mulher. Até 2010, o código penal classificava a violência doméstica como

crime de abuso contra um cônjuge, aplicando penas nas situações de união de fato e de casamento formal, com sanções de dois a treze anos de prisão. Em 2011, a lei contra violência baseada no gênero (VBG) criou um estatuto de lei elaborado pelo Instituto caboverdiano para a igualdade e equidade de gênero, uma agência governamental, com o apoio das mulheres no parlamento que representa Cabo Verde. A Comunidade Econômica dos Estados Da África Ocidental (CEDEAO) afirma que Cabo Verde foi colocado no ranking mundial na 46ª posição entre 136 países, em termos de igualdade de gênero. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP - também afirma que no continente africano, Cabo Verde ficou na 41ª posição no respeito de igualdade e gênero, entre os 136 outros países (Documento Mulheres e Homens em Cabo Verde, 2012).

Suzano Costa (2011) relata que, entre os anos de 1990 a 2011 em Cabo Verde, as análises do processo de seleção dos candidatos permitiram projetar um cenário institucional de incentivar a participação política das mulheres, como no ponto de vista da cultura política e dos padrões de mobilizações sociais que inserem, dentro duma sociedade onde se predominam os valores igualitários, políticas públicas e incentivo de qualidade de gênero e de igualdade de oportunidade (na esfera privada e pública).

Podemos dizer, ainda, que não há o percurso na via da democracia, mas na busca de equilíbrio ou na redução do desequilíbrio ao nível satisfatório; é de se constatar que é um passo de inegável significado já dado.

CAPÍTULO III: CABO VERDE: CULTURA, MÚSICA E CESÁRIA ÉVORA

Neste capítulo pretendemos abordar as questões de identidade, cultura e música cabo-verdianas. Além disso, destacaremos o papel social e político de Cesária Évora, mulher guerreira e rainha da morna, uma mulher que dá a sua contribuição à cultura e à identidade cabo-verdiana, e tentou mostrar para o mundo, através de sua música, quem é o povo cabo-verdiano.

3.1. Cabo Verde e a sua identidade cultural

David Hopffer Almada (2006) afirma que a identidade cabo-verdiana foi constituída ao longo da história e, hoje em dia, passou a ser uma das principais frentes da batalha nacional. Para compreender a sua construção é preciso remontar a história da ocupação de Cabo Verde. Os colonizadores portugueses e os negros guineenses tiveram um papel determinante. Deste modo, a comunidade cabo-verdiana, em seus primórdios, começou a se constituir a partir de indivíduos de classes e grupos étnico-raciais diferentes. Com a junção destes povos, bem cedo a mestiçagem começou a dar seus frutos. Em outras palavras, aquela sociedade passou a ser mista e escravocrata.

A forte presença da Igreja em Cabo Verde, a pressão exercida por ela sobre as autoridades administrativas, além, é claro, do próprio processo assimilacionista característico da colonização portuguesa, transformaram as manifestações culturais afro-negras. Como já dissemos anteriormente, o negro africano foi arrancado de seu *habitat* natural e transposto para uma nova estrutura socioeconômica, assente em relações de dominação e de poder contrastantes com o seu anterior modo de viver, conseguiu, apesar de tudo, fazer prevalecer, através da resistência cultural e política, os seus traços culturais essenciais. Inclusivamente, muitos escravos recusaram, até a morte, a língua do colonizador, mantendo o uso de suas línguas, e religião (ALMADA, 2006, p.64).

O Crioulo de Cabo Verde está na primeira especificidade. Nascendo do cruzamento de sangue e de culturas. A cultura, a identidade e a cabo-verdianidade constituem em valores essenciais na afirmação de Cabo Verde no mundo e no seu processo de desenvolvimento e, hoje, uma das suas principais frentes de batalha. Do confronto, primeiro, e do reencontro depois, entre a África e a Europa, emergiu a antropologia das ilhas. Nem a África somente, nem a Europa apenas. No caldeirão da história das ilhas dois mundos se cruzaram, se fundiram, se amargaram, se constituíram numa nova

individualidade cultural, num novo humanismo: a criouldade atlântica de Cabo Verde, é um novo rosto no mosaico africano. A antropologia crioula do atlântico, emergente, numa primeira fase, entre a África, a Europa e o mundo, (ALMADA, 2006, p. 9).

Segundo Manuel Veiga(2005), a especificidade de uma identidade (crioula cabo-verdiana) que nasceu da riqueza do humanismo, para não dizer da globalização (que somente hoje virou moda), confere ao povo cabo-verdiano, ontem e hoje, uma capacidade invulgar de compreender o universo, de dialogar com o mundo, de transformar o mar num caminho aberto e as rochas das ilhas de Cabo Verde num desafio a vencer.

Tudo isto para dizer que a identidade específica, no caso a crioula cabo-verdiana, não é um círculo fechado, mas antes um caminho aberto com várias estações onde o humanismo crioulo se abastece, se enriquece e se globaliza na procura e na valorização da diversidade. O crioulo, como língua, é o principal elo e o melhor instrumento identitário do povo cabo-verdiano. Apesar das diferenças dialetais que possam existir entre as diversas variantes, de ilha para ilha, os cabo-verdianos, em geral, entendem-se em língua crioula, seja qual for a ilha de que seja oriundo o falante ou o seu interlocutor.

O crioulo formou-se nas ilhas de Cabo Verde, a menos de cinquenta anos do seu descobrimento, e dali se propagou e enraizou na costa ocidental servindo de língua franca entre os europeus e os nativos, e mesmo entre estes quando de etnias diferentes. É a realidade do dia a dia (ALMADA, 2008).

3.2. Música cabo-verdiana: estilos e ritmos

Além da língua crioula como elemento da identidade cabo-verdiana, temos também a sua música. Conforme Gonçalves e Monteiro (2005), a música cabo-verdiana não resiste ao tempo, pelo contrário, é susceptível à adaptação e mudança na medida em que vai se comunicando com vários gêneros musicais, dando origem à fusão. Sendo assim, a relação entre música, cultura e identidade cabo-verdiana, não pode ser vista como isolada do processo de globalização. É por isso que houve sempre uma orientação explícita da política oficial que privilegia a morna, uma vez que esse gênero musical aproxima-se mais dos ritmos do velho continente. Mas há também gêneros musicais mais tipicamente africanos que nos introduzem a um estudo aprofundado sobre a expressão artística e cultural cabo-verdiana.

Na época colonial, por exemplo, proibiu-se a prática de batuque, funana, tabanka, nos seus próprios espaços, pelo fato de não se identificarem tão claramente como cultura portuguesa. Mesmo considerando que na Ilha de Santiago existe uma maior reminiscência afro-negra, pois a assimilação da cultura europeia foi menos completa, e a miscigenação não tão valorizada, é vista como exótica e, por vezes, proibida a fazer parte do espaço público. O funana não era bem considerado e aceitado pelas autoridades religiosas e pelas classes dominantes; se um tocador estivesse a tocá-lo e avistasse um padre, ele se escondia, porque era considerado pecado.

A música cabo-verdiana tem mostrado, ao longo dos anos, um vasto domínio na cultura cabo-verdiana, por isso torna-se necessária a sua preservação enquanto elemento fundamental do seu patrimônio cultural.

A grande aventura da música cabo-verdiana começou por volta do século XX, em 1974, que pretendeu o momento da independência. A morna e a coladeira, é introduzida por uma temática crítica ao colonialismo e denúncia de situação de injustiça. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo de libertação das manifestações culturais que tinha sido desprezado e reprimido pelo regime colonial. Esta revalorização será levada às últimas consequências quando aparecem vozes a preconizar uma recriação dessas fontes tradicionais gêneses musicais, (GONÇALVES e MONTEIRO, 2005, p.100-101).

A música desempenhou um papel muito importante naqueles primeiros tempos de mobilização; durante muito tempo ela serviu como fator de facilitação do comércio entre populações, como foi o caso da mobilização no meio dos emigrantes com a razão imediata de encontro entre os estudantes, (GONÇALVES e MONTEIRO, 2005, p.101).

A música em Cabo Verde, por exemplo, o funana, nos anos oitenta, foi reflexão da música tradicional; era comum em toda a cultura, mesmo em setores díspares com o repositório da música mundial.

Na década de 80 ocorreu a fase da difusão e consolidação das conquistas anteriores e a fase da procura da qualidade. Surgiram novos valores, a resistência feminina e o regresso aos valores femininos: Titina, Celina, Cesária, protagonistas dos anos 60; mas também surgem outros valores. Essas mulheres que estiveram ausentes da discografia da fase anterior, vão agora fazer sucesso. Aliás, o músico e compositor Norberto Tavares refere-se aos acontecimentos mais importantes dos últimos 30 anos, momento em que se dá o surgimento de algumas vozes femininas que revelaram muitas potencialidades, (GONÇALVES e MONTEIRO, 2005, p.106).

No mesmo período eles anunciaram o batuque e depois o funana como um forma de preparação para o mundo. A partir de 1990, o funana passa a ser o gênero maior da música cabo-verdiana, e o batuque, que foi o primeiro ritmo musical, não tinha, infelizmente, tanta força quanto o funana.

3.3. Cabo Verde: usando a cultura para resistir e existir como povo

De acordo com José Luís Hopffer Alamada (2008), a cultura cabo-verdiana tem suscitado crescente atenção de estudiosos e universitários em diferentes partes do mundo. Essa crescente atenção se radica em motivos vários revelando, sobremaneira, a constituição do povo das ilhas como nação que, estoicamente, sobreviveu a uma natureza particularmente madrasta e a contingências históricas que, por diversas vezes, os colocaram à beira do abismo e, frequentemente, os ameaçaram do desaparecimento físico e cultural.

Segundo José Luís Hopffer Almada (2008), a cultura é o maior desafio da nação global, e isto porque ela é a consciência do nosso mundo e do mundo dos outros. Essa consciência dá dimensão às coisas, estabelece a ponte com o passado, semeia a visão do futuro, constrói o processo e a qualidade de vida. Não há, não pode haver desenvolvimento sem a cultura. Em Cabo Verde, foi a cultura que impulsionou as diversas revoltas sociais para a conquista da dignidade; foi ela que constituiu um desígnio deste povo frente à seca, à fome, à estiagem, à emigração forçada e à resistência secular, não só diante dos intempéris da natureza, mas também diante dos horrores da dominação, seja ela escravocrata, seja ela colonial. Foi a cultura que impulsionou este povo à luta para a independência, à construção da liberdade, da democracia, do estado de direito; foi a cultura que gerou, alimentou e alimenta a criouldade, a morabeza, a língua, a idiossincrasia, e isto tanto no solo pátrio como fora dele.

O mesmo autor relata ainda que foi a cultura que ensinou os cabo-verdianos a transformar pedras em pão, a converter o mar num caminho e as dificuldades em desafio constante para a descoberta de soluções; foi a cultura que semeou a cultura nas rochas, no mar, nos vales e nos achados desta terra utilizando a rega, gota a gota da chuva, da resistência e da esperança; foi a cultura que concebeu o crioulo, que criou o batuque e o funana, que cultivou a serenata, a cachupa e a djagasida; foi a cultura, ainda, que conferiu

ao povo das ilhas forças e tenacidade para edificar o estado de direito, para aumentar a qualidade de vida, para construir o desenvolvimento e plasmar um humanismo com o rosto da nação global cabo-verdiana.

3.4. Cesária Évora: guerreira e rainha da morna

Não podemos compreender o papel de Cesária Évora na sociedade cabo-verdiana sem fazer o percurso que fizemos até o momento, ou seja, contextualizar a história de Cabo Verde para compreendermos o lugar da mulher na história, na formação da identidade nacional deste país, e a força que a cultura exerce nele. O objetivo dessa seção é tratar da biografia de Cesária Évora enquanto mulher e artista cabo-verdiana, e destacar o papel que teve na história de sua nação e no mundo.

Não encontramos outra maneira de introduzir essa cantora cabo-verdiana, senão mencionando uma das suas famosas músicas, “Petit pays” (Pequeno país), que além de marcar o gênero, que é a morna, traduz muitos elementos dos temas que Cesária Évora trabalhou durante a sua vida. O nosso objetivo não é interpretar a letra em si, mas, de qualquer modo, faremos isso em diálogo com os autores que evocaremos, buscando ligar a figura da artista à sociedade.

PETIT PAYS

La na céu bô ê um estrela
Ki cata' brilha
Li na mar bô ê um areia
Ki cata moja'
Espaiote nesse monde
fora Sô rotcha e mar

Terra pobre chei di amor
Tem morna tem coladera
Terra sabe chei di amor
Tem batuco tem funana'

Espaiote nesse monde
fora Sô rotcha e mar
Terra pobre chei di amor
Tem morna tem coladera
Terra pobre chie di amor
Tem batuco tem funana'

Oi tonte sodade

PEQUENO PAÍS

La na céu bô ê um estrela
Ki cata' brilha
Li na mar bô ê um areia
Ki cata moja'
Espaiote nesse monde fora
Sô rotcha e mar

Terra pobre chei di amor
Tem morna tem coladera
Terra sabe chei di amor
Tem batuco tem funana'

Espaiote nesse monde fora
Sô rotcha e mar
Terra pobre chei di amor
Tem morna tem coladera
Terra pobre chie di amor
Tem batuco tem funana'

Oi tonte sodade

Sodade sodade
 Oi tonte sodade
 Sodade sem fim

La na cêu bô ê um estrela....

Petit pays je
 t'aime beaucoup
 Petit petit je l'aime
 beaucoup

Sodade sodade
 Oi tonte sodade
 Sodade sem fim

La na cêu bô ê um estrela....

Pequeno país eu te amo
 muito
 Pequeno país eu te amo
 muito

(ÉVORA, 1994; composição Fernando da Cruz; Tradução nossa)

Cesária Évora foi a cantora de maior reconhecimento internacional de toda história da música popular cabo-verdiana. Nasceu em 27 de Agosto de 1941, na cidade de Mindelo, em São Vicente; tinha 4 irmãos. O pai, Justino da Cruz, tocava cavaquinho, violão e violino, e a mãe, dona Joana, fora o grande e eterno amor da sua vida. Numa entrevista concedida em 2010, num jornal *online* afirmou: “Não existe ninguém no mundo, não existe ninguém igual à minha mãe...” (SAPO, 2015).

Ela tinha sete anos quando seu pai morreu, deixando sete filhos; aos dez, como sua mãe não tinha como sustentar todos os filhos, ela foi colocada num orfanato. “Não gostei. Eu valorizava minha liberdade”, disse Cesária à Agência Portuguesa (ESTADÃO, 17/12/2011).

Cesária começou a cantar e apresentar-se aos domingos na praça principal da cidade, acompanhada por seu irmão, que tocava saxofone. Aos 16 anos Cesária começou a cantar em bares e hotéis; com ajuda de alguns músicos locais, ganhou maior notoriedade em Cabo Verde sendo proclamada “Rainha da Morna” pelos fãs. Aos 20 anos, foi convidada a trabalhar como cantora para o Congelo — companhia de pesca, criada por capital local e português, recebendo conforme as atividades que fazia. (NOS GENTI, 02/04/2012).

Em 1975, Cesária, frustrada por questão pessoal e financeira, aliadas às dificuldades econômicas e políticas do seu jovem país, deixou de cantar para sustentar a família.

Aos 47 anos de idade, Cesária tornou-se uma estrela internacional. Morreu no dia 27 de Dezembro de 2011, com 70 anos por insuficiência cardiorrespiratória aguda e tensão cardíaca elevada, (SAPO, 2015).

O sucesso comercial de Cesária Évora rivalizava-se como o de qualquer outro intérprete africano da música universal, e tornou-se sinónimo de Cabo Verde para seus inúmeros fãs internacionais. Cantando, principalmente, no dialeto do norte ou barlavento crioulo de sua Mindelo, nativo, quando não utilizava português ou espanhol. Ela contempla toda a gama da cultura musical cabo-verdiana, incluindo a da ilha do Sol ou Sotavento de Santiago.

Seu trabalho desenvolveu-se no contexto do contraste de longa data entre Mindelo, porto internacional de abastecimento e provisões relativamente cosmopolita durante o século XIX, e a Ilha de Santiago, onde se localiza a capital Praia.

George Lang (2013) é um dos estudiosos que analisou o gênero de música e dança a que Cesária se referiu na estrofe bem conhecida da canção “Petit pays” (Pequeno país).

Para ele, a alusão às raízes da música de Cabo-Verde não apenas desempenha um papel ideológico colocando a cantora e sua música no amplo contexto do nacionalismo cultural de seu país, como também nos permite vislumbrar algumas dimensões da unidade cultural mais ampla do mundo atlântico lusófono, assim como formas de empréstimo e trocas práticas na meta do gênero da música universal.

O gesto de Cesária Évora na direção, não apenas da morna, mas no da coladeira, do batuque e do funana, é um dos muitos exemplos na história cabo-verdiana contemporânea, em que raízes são evocadas e estabelecidas, como as origens de seu “Petit pays” (Pequeno País).

Graças ao sucesso extraordinário dessa e de muitas outras canções dela, argumenta o autor, foi, à época, sinónimo no mercado universal da música cabo-verdiana. Sua alusão marcante aos outros três gêneros poderiam ser entendido como uma tentativa consciente de corrigir essa interpretação errônea de que Cesária não teria cantando a coladeira, o batuque e o funana na sua própria seleção de canções. Na sua colaboração com artistas da música universal, brasileiros, cubanos, incorporou formas internacionalmente populares nas canções “Maria Elena”, em 1999, como “Linda Mimosa”, em 2001, e “Negue”, em 2001 (LANG, 2013).

Não cabe aqui discutir as repercussões portuguesas e brasileiras do Lundin (o fado e o samba), mas, como é sabido, suas variantes cabo-verdianas fazem parte do carnê de toda tradição musical e estão presentes na escola lexical de Cesária Évora (na verdade, do autor e compositor Fernando da Cruz).

Embora o trecho “Espaiote” nesse mundo fora, particularmente, no “Petit pays”, “Só rochas e mar” (1995), pudesse ser considerado mera cor local, mas a imagem é marcadamente metafórica para uma canção popular, uma vez que as rochas distantes se referem não apenas aos cabo-verdianos exilados, mas também aos que vivem nas próprias ilhas. Outra dimensão, despercebida pela maioria dos leitores da “Lina mar”, é que o crioulo de Cesária não usa a ortografia basilectal patrocinada pelos governos do PAIGC e PAICV durante as primeiras décadas da independência, mas sim uma versão etimológica, acessível a leitores da língua portuguesa. Finalmente, vale observar que as estruturas musicais melódicas e harmônicas da música de Cabo Verde, as posturas melódicas ou escalas, são reconhecidamente europeias, mesmo em crioulo (LANG, 2013).

Em 1992, a Diva, Cesária Évora, encontrou-se em digressões pela Europa. França foi um país que a marcou em toda sua carreira. A sua digressão neste país europeu foi assinalada nos mais prestigiosos jornais, como: *Le Nouvel Observateur* e *Liberation*. Em Paris ficaram famosos os seus espetáculos no *Théâtre de La Ville* e, talvez, o mais marcante, o do *Olympia*. Depois destes espetáculos em Paris, Cesária viria a atuar mais duas noites (17e 18 de Dezembro de 1992) nas cidades de Amiens. Naquele mês de dezembro de 1992, o sucesso de Cesária Évora arrancava em definitivo e de modo impagável. Um ano depois, Cesária testemunharia toda a devoção dos franceses, não só pelo interesse que os seus espetáculos despertaram, mas também pela venda, em poucas semanas, de quase 200 mil unidades do seu álbum “Miss Perfumado” (NÓS GENTI, 02/04/2012).

Em 1996, realiza cerca de uma centena de concertos. Na França foram quarenta, na Alemanha onze, Estados Unidos, trinta. Através do sucesso de Cesária, Cabo Verde ficou mais conhecido. Cesária Évora contribui, sem dúvida, para a divulgação de vários aspectos da cultura, história e tradição cabo-verdianas. Em 2010, no Rio de Janeiro, o ex-Presidente Luís Inácio Lula Da Silva, condecorou Cesária Évora com a medalha de mérito cultural 2010. Foi igualmente distinguida com o prêmio Carreira na Gala do Cabo Verde Music Awards 2011(NÓS GENTI, 02/04/2012).

Seria o seu destino? Como ela mesma disse, “eu não sei o que é o destino”. Não acreditava no destino e não sabia onde nasceu, nem onde ela mesma morreria. Graças a ela, o mundo descobriu a cor de um canto único e uma mulher cuja imagem demonstra que está em paz com o seu destino. Uma mulher única, de voz única, que só quem viveu o que cantou, conhece, (NÓS GENTI, 02/04/2012).

Cesária Évora gravou os seus primeiros discos nos longínquos anos 60, teve um percurso seguro de quase trinta anos na mais pura tradição da morna. Todavia, por ironia do destino, ela não teve, durante todos esses anos, uma projeção digna do seu talento. Tempo longo, é certo, mas que permitiu a ela uma maturação, temperada na dura luta pela defesa da autenticidade e das raízes da morna e coladeira. Recordamo-nos que só depois de ter obtido o consenso sobre o lugar de cada gênero musical, se instala, a partir de 1985, um novo panorama musical. Isso vai permitir a emergência da música tradicional, com todas as suas potencialidades, (NÓS GENTI, 02/04/2012).

A morna e a coladeira encontraram-se no talento e na voz de Cesária Évora, o veículo ideal para se revelarem ao mundo, que, por coincidência, assistia, àquela altura, a um movimento que se deu pelo nome de “World Music”. Os anos 90 pertenciam, pois, com justiça, à Cesária Évora. Uma vingança do destino, foi uma vitória da música de Cabo Verde. Nas pesquisas realizadas neste trabalho, os sucessos de Cesária Évora levaram a música cabo-verdiana à internacionalização, sendo este um dos acontecimentos mais marcantes em toda a vida de seus compatriotas (NÓS GENTI, 02/04/2012).

Jorge Valentim (2007) afirma que a música é o espaço do canto em canto, de encanto, da magia e da criação diante da morna que invade a ficção que se deixa aglutinar a morna, a noite. Assim, a música e o texto interagem recuperando a palavra silenciada da mulher cabo-verdiana. As mornas eram as noites, porque nas noites se ouve as mornas, canto da mulher cabo-verdiana, com uma voz africana. Uma mulher que oferece a noite, o silêncio aberto, de um grito sem nenhum gesto, apenas o silêncio aberto, assim, ao grito solto ao intervalo das lágrimas.

A morna é, para eles, a música que rompe o silêncio pelas lágrimas, canto que finca seu timbre libertário; por fim, voz que não se cala diante do choro. A morna e ficção que se unem num espaço textual, onde, um soluço frágil absorve a última palavra. E que esta não seja silenciada, mas sempre cantada e ouvida. É, Cesária Évora foi proclamada

a rainha da morna, uma das músicas que marca a cabo-verdianidade, (NÓS GENTIL, 02/04/2012).

Segundo Jorge Valentim (2007), a coladeira, no português, é (colar) ou (apertar). Ela era originalmente uma dança de mulheres batendo palmas. Em determinado momento os homens aderiram-na, e a coladeira tornou-se uma música para a dança do casal, como a própria morna. Por exemplo, a representação desta música é dançada por um casal, bem apertado. A raiz desta dança pode ser percebida no estudo sociocultural em Cabo Verde.

A passagem desta dança religiosa para secular tem sido acompanhada por uma dissociação crescente da morna e da coladeira, embora permaneçam parentes próximas. É significativo, a exemplo da morna, em tempo 4/4, podendo se transformar em coladeiras com a diversão de 2/2 pegando o ritmo e mudando para algo mais alegre. Este gênero musical se estabilizou no ano de 1940. Embora, em certo nível ainda, associada a raízes rituais, a versão contemporânea da coladeira pertence mais ao salão de dança do que a qualquer ambiente sagrado (LANG, 2007).

O funana foi o gênero musical citado por Cesária Évora em 1995. O terceiro, citado por ela, foi o batuco, que era considerado típico, o principal da Ilha de Santiago. Ela é dançada acompanhada pelos cordiais e ou de uma faca de vara de ferro. Na verdade, durante a década de oitenta, o funana foi um dos ritmos mais fáceis, conforme a organização cultural do PAIGC, dada a sua suposta autenticidade, um gênero menos malucado pela influência europeia, mais perceptivelmente africano, (LANG, 2007).

Finalmente, entre quatro formas essenciais de Cesária Évora, em 1995, o batuco ou batuque era uma forma musical de percussão, a qual tem origem nas raízes wolefes (gelofes). Na verdade o batuko, ou melhor dizendo, batuque, é bater; o batuko tem a característica típica africana com canto de bater as palmas. O batuque, no sentido de “festa popular típica”, é associado, primeiramente, com Sotavento (LANG, 2007).

Em Santiago o batuque é a forma de um cantor ou uma cantora exprimir os seus conceitos gerais, provindos da experiência e da observação da vida de todos os dias. Falando nesse sentido, o termo implica certo grau de sabedoria pro-verbal, e um dos exemplos mais conhecidos é citado por Lopes da Silva, que diz assim: “korpukenegu, satabai, koraso, keferu, as tafika” (o corpo, que é negro (escravo), vai, o coração, que é ferro (livre), fica) (LANG, 2007).

O mais importante nesse capítulo é o nosso esforço em destacar a figura de Cesária Évora, considerada a rainha da morna, título que ela recusava. Numa entrevista concedida, em 2010, num jornal *online*, ela desabafou nestes termos: “Não sou nenhuma rainha da música de Cabo Verde. Sou uma das cantoras de Cabo Verde. Mais nada.” (SAPO, 2015). Com essas palavras, o que se percebe é que a crítica nacional e internacional reconhecia o seu talento incontestável relativo à morna. Além disso, o amor que ela tinha por sua nação é o que a tornou conhecida através de suas músicas, mesmo sendo uma mulher que veio de uma família pobre e humilde. Por isso, Cesária Évora é, para nós, uma guerreira e a rainha da morna.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho, em seu primeiro capítulo, apresentou a história de Cabo Verde desde a sua ocupação no século XV pelos portugueses; destacou as questões do tráfico e da escravidão praticadas por estes últimos contra os africanos; a abolição da escravidão nessa ilha, como em toda a África, seguida pelo colonialismo do imperialismo europeu do século XIX. Mas é preciso reiterar ainda, como demonstramos, a escravidão e a colonização portuguesa em Cabo Verde coexistem antes da Conferência de Berlim que oficializou a colonização africana no século XIX.

Na análise da dominação política, econômica e cultural dos africanos pelos portugueses nas Ilhas de Cabo Verde que fizemos, apresentamos igualmente as resistências dos escravos africanos e de seus descendentes. Cabo Verde se tornou independente no século XX, juntamente com a Guiné-Bissau, mediante a luta armada liderada pelo Amílcar Cabral e seus companheiros do PAIGC contra o império português. Em 1980, um golpe do Estado liderado pelos guineenses separa as duas nações, e desta forma Cabo Verde passa a ser dirigido pelo partido único, o PAICV, fato que se dá até os anos de 1990, período da sua redemocratização e do multipartidarismo.

O segundo capítulo, nos possibilitou tratar de alguns elementos históricos de Cabo Verde que o capítulo anterior não tinha abordado. Primeiro nos permitiu ampliar a periodização da sua história até o século XXI. Por objetividade, interessava-nos o ano de 2011, conhecido pela morte de Cesária Évora. Em segundo lugar, o nosso interesse nesse capítulo era de tratar a questão da mulher africana e da mulher cabo-verdiana, tirá-las da sua invisibilidade e identificar as várias formas de sua participação nas sociedades africanas.

O terceiro capítulo foi construído no sentido de retomar os temas tratados nos capítulos anteriores, e o seu foco foi a análise da cultura cabo-verdiana e o papel social de Cesária Évora enquanto mulher e cantora. O que percebemos é que Cabo Verde é uma nação marcada pela diversidade. Os autores nativos e estrangeiros que utilizamos a identifica como uma nação crioula, quer dizer, produto de miscigenação racial e cultural, por isso, comporta uma variedade musical. Outro dado que consideramos importante é que esse povo sempre usou e usa da sua cultura como elemento de resistência.

Cesária Évora, como mulher e cantora, é produto da criouldade cabo-verdiana. A morna que ela canta é fruto da fusão dos elementos das músicas portuguesas e africanas costuradas nas suas ilhas. A descoberta mais importante feita por nós é o título de “rainha da morna” que ela recebeu, e de mulher guerreira que acrescentamos, revelando a contribuição social que ela deu para o seu “pequeno país”, que ela fez conhecer ao mundo através da sua música. Além disso, Évora era uma mulher independente, batalhadora e autônoma. São alguns elementos que percebemos ao analisar a sua biografia que só é compreendida uma vez inserida no seu contexto histórico e social.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMARAL, André. **Igualdade de gênero: Cabo Verde é melhor da CEDEAO** (16/11/2013) Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/40724-igualdade-de-genero-cabo-verde-e-melhor-da-cedeao>>. Acessado em 02 jan. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAMACHO, Borges Ednilson. **A Participação das Mulheres na Política em Cabo Verde**. Universidade de Cabo Verde – UNICV, Praia, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História - Departamento de Ciências Sociais e Humanas).

ESTADÃO. Cantora Cesária Évora morre aos 70 anos em Cabo Verde. Agência Estado, SP. 17 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cantora-cesaria-evora-morre-aos-70-em-cabo-verde,812350>>. Acessado em 03 jan. 2015.

CARREIRA, Antônio. **Cabo verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. 3ª ed. Praia: Instituto de promoção cultural, 2000.

COSTA, Suzano. “**Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático**”. In: Carmelita Fonseca & Celeste Fortes. **AS MULHERES EM CABO VERDE: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS**. Praia: UNICVC, 2011. p. 7-12. Disponível em: [file:///C:/Users/Basilele/Downloads/Mulheres__Participacao_e_Representacao_Politica_em_Cabo_Verde_-_Livro_UNICV-libre%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Basilele/Downloads/Mulheres__Participacao_e_Representacao_Politica_em_Cabo_Verde_-_Livro_UNICV-libre%20(1).pdf)>. Acessado em: 14 jan. 2015.

DELEGADO, Antonio Pedro da Costa. **Políticas de saúde em Cabo Verde na década de 1980 - 1990**. Rio de Janeiro: (Edições Uni-CV), 1994.

ELISIO, Filinto Correia e Silva. **Cabo Verde, 30 anos de cultura**. (Antologia). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005.

EVORA, Cesária. **Petit Pays**. Copyright Lusafrika Editions/Sony Music Publishing 1994, CD, TRACK 1. Disponível em <http://www.caboverde.com/evora/sng-9501.htm>>. Acessado em 14 ago. 2014.

FERREIRA, Aurora da Fonseca. “**A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento**”. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. **A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente**. Lisboa: Colibri, 2007, p. 52-67.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

HERNANDEZ, Leila, leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOPFFER, David Almada. **Pela Cultura e Pela Identidade – Em Defesa da Caboverdianidade.** Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e livros, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. “Introdução geral”. In: IDEM (Ed.). *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.* 2ª ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, p. XXXI-LVII.

LANG, George. **Tem morna, tem coladera: as raízes cabo-verdianas da música universal de Cesária Évora.** Revista Scripta, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p.155-165, 1º semestre, 2007. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20080716123952.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2015.

LUIS, José Hopffer C. Almada. **O Ano Mágico: 2006, olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdiana.** Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e Livros, 2006.

MACEDO, Eunice et al. **“Por outras formas de ser e estar: mulheres, participação e tomada de decisão”.** In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A MULHER EM ÁFRICA: VOZES DE UMA MARGEM SEMPRE PRESENTE.* Lisboa: Colibri, 2007, p. 21-31.

MAZRUI, Ali A. “Introdução”. In: Mazrui, Ali A., WONDJI, Christophe (ed.). **História geral da África, VIII, África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010, p.1-29.

MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. **A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente.** Lisboa: Colibri, 2007.

MULHERES E HOMENS EM CABO VERDE- Fatos e números. 2ª ed. Praia: INE, 2012. Disponível em <www.ine.cv/.../15c06ce8-5166-4607-ab1e914bc4235aMulheres%2>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

NÓS GENTI. **Cesária Évora – Rainha da Morna** (02 abril 2012). Pedro Matos In ARTIGO DE CAPA, MÚSICA, PERSONALIDADE. Disponível em: <<http://www.nosgenti.com/?p=802>>. Acessado em 03 jan. 2015.

NÓS GENTI. São Vicente – **Espelho cultural de Cabo Verde.** Pedro Matos In: HISTÓRIA, SOCIEDADE. Disponível em: <<http://www.nosgenti.com/?p=834>> de 26-06-2014. Acessado em 03 jul. 2014.

SAPO. **Cesária Évora uma vida a cantar Cabo Verde.** Artigo publicado na Revista Única em Setembro de 2008. Disponível em: <<http://cesariaevora.sapo.cv/biografia/>>. Acessado em: 03 jan. 2015.

UNESCO. **Women In African History.** Disponível em: <<http://en.unesco.org/womenin africa/>>. Acessado em 20 jun. 2013.

VALENTIM, Jorge. “Do conto ao canto: as mornas cabo-verdianas na voz feminina de Dina Salústio”. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 254-268.

VEIGA, Manuel. “Uma Visão Prospectiva da Cultura”. In: CORREIA E SILVA, Filinto Elísio (coord.). **Cabo Verde 30 anos de Cultura 1975 – 2005**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005, p. 11-36.